

**Em nome da reputação pública:
a *Memória sobre o governo de Macau* de Lucas José de Alvarenga**

Anita Correia Lima de Almeida¹

Resumo: Nascido em Minas, em 1768, Lucas José de Alvarenga formou-se na Universidade de Coimbra e foi nomeado governador-geral de Macau. Como governador, viveu um período conturbado da história do território, com a luta contra os piratas chineses e a presença dos ingleses. Depois de deixar a China, instalou-se no Rio de Janeiro e dedicou-se à literatura, escreveu peças de teatro, uma novela, um livro de poemas e uma *Memória sobre a expedição do governo de Macau [...] em socorro ao Império da China contra os insurgentes piratas chineses* (1828). A intenção aqui é tratar mais particularmente dessa *Memória*. O objetivo é estudar as relações entre a sua trajetória na administração ultramarina, os contatos que travou com a imprensa da época e a maneira como, afinal, elaborou a narrativa sobre sua atuação no governo de Macau.

Palavras-chave: Escrita de si – Letrados – Administração ultramarina.

Résumé : Né à Minas, en 1768, Lucas José de Alvarenga s'est formé à l'Université de Coimbra et a été nommé gouverneur de Macao. Comme gouverneur, a vécu une période critique de l'histoire du territoire, avec la lutte contre les pirates chinois et la présence des Anglais. Après laisser la Chine, s'est installée à Rio de Janeiro et s'est consacrée à la littérature, a écrit des pièces de théâtre, un roman, un livre de poèmes et un *Mémoire sur l'expédition du gouvernement de Macao [...] dans aide à l'Empire de la Chine contre les insurgés pirates chinois* (1828). L'intention ici est traiter plus particulièrement de cette *Mémoire*. L'objectif est étudier les relations entre sa trajectoire dans l'administration d'outre-mer, les contacts que il a établi avec la presse du temps et la manière comme, après tout, a élaboré le récit sur sa présence dans le gouvernement de Macao.

Mot clés : Mémoires - Lettrés - Administration d'outre-mer.

O vasto Império da Opinião abrange toda a
superfície do Globo. De certo modo, e até certo
ponto eu me reconheço também súdito desse
Império Universal.

L. J. de Alvarenga. *Memória*, 1828.

Lucas José de Alvarenga fez parte da camada de letrados luso-brasileiros que, formados na Universidade de Coimbra, ocuparam cargos na administração do ultramar português, no final do século XVIII ou no princípio do XIX (BOSCHI, 1991). Nascido em

¹ Professora do Departamento de História da Unirio. Pesquisadora colaboradora do Projeto Centro de Estudos do Oitocentos – CEO/PRONEX "Dimensões da cidadania no século XIX". Esta pesquisa está sendo elaborada com auxílio das bolsistas de iniciação científica da Unirio Fernanda Pires Santos e Renata Jardim Quadros.

Minas, na Vila de Sabará, em 1768, formou-se em Direito, em 1799. Tendo-se posto à disposição para servir à Coroa na Ásia, em 1807 foi enviado para Goa como ajudante de ordens de Bernardo José de Lorena, Conde de Sarzedas, o 48º vice-rei da Índia. Sarzedas havia servido por duas ocasiões no Brasil, foi governador de São Paulo (1788-1797) e de Minas (1797-1805). Provavelmente os dois travaram contato pela primeira vez em Minas. Em Goa, Lucas José de Alvarenga, embora não tivesse experiência anterior na administração, foi indicado pelo vice-rei para ocupar o posto de governador-geral de Macau, cargo que exerceu até 1810. Como governador, viveu um período conturbado da história do território, com a luta contra piratas chineses e a presença dos ingleses. Depois de deixar a China, instalou-se no Rio de Janeiro, onde estava a corte.

De volta ao Brasil, nunca mais prestou serviços na administração. Dedicou-se à literatura, escreveu peças de teatro, uma novela *à clef*, *Statira e Zoroastes* – obra pela qual é mais conhecido hoje – um livro de poemas e uma *Memória sobre a expedição do governo de Macau [...] em socorro ao Império da China contra os insurgentes piratas chineses*, que publicou pela Tipografia Imperial e Nacional, em 1828. No mesmo ano, publicou um *Artigo Adicional à Memória*, na Tipografia do Diário e, em 1830, foi a vez de *Observações à Memória [...] com as suas notas e um resumo da sua vida*.

Há várias questões possíveis de serem tratadas sobre esse “iluminista mineiro governador de Macau”, como o definiu Hélio Vianna, em artigo no *Jornal do Comércio*, de 1969. A intenção aqui, no entanto, é tratar mais particularmente de sua *Memória*. O objetivo é estudar alguns aspectos da relação entre a trajetória de Lucas José de Alvarenga na administração ultramarina, os contatos que travou com a imprensa da época e a maneira como, afinal, elaborou a narrativa sobre sua atuação no governo de Macau.

O contexto em que a *Memória* foi escrita

Os meus inimigos “fizeram-me conhecer as minhas forças”, provocando-me a escrever “não só esta *Memória*, como um *Artigo Adicional*, e dar tudo já ao prelo. Provocação benfeitora!!” (ALVARENGA, 1828a:VIII), escreveu o autor. Seu projeto inicial, segundo nos informa, era fazer uma *memória* biográfica para ser publicada depois de sua morte; seus inimigos, contudo, não deixaram que isso acontecesse. Mas quem são seus inimigos?

Um grande ressentimento motivou-o a escrever com precipitação e a imprimir a obra com rapidez. A urgência vinha das acusações que lhe foram feitas ou, pior, do esquecimento que lhe foi votado quando se publicou em Lisboa uma *Memória dos feitos*

macaenses contra os piratas de Macau (1824), de José Ignácio Andrade. A obra menciona muito vagamente a sua pessoa e apenas para comentar que o ex-governador, depois de voltar para o Rio de Janeiro, entregara-se ao ócio. Alvarenga conta que um amigo de Londres lhe enviou a obra, o que lhe gerou um ressentimento imediato e o levou a escrever sua própria *Memória*, sobre os mesmos eventos, para *repor a verdade dos fatos*.

Como governador, assim que chegou a Macau viu-se envolvido na luta contra o pirata Quan Apon Chay (Cam-po-sai). Durante o reinado do imperador Ch'ien Lung (1736-1795) houve uma série de rebeliões. Quan Apon Chay foi chefe de uma delas, e acabou por organizar uma grande armada, que passou a atacar as regiões costeiras e voltou-se contra Macau. Os portugueses, então, concordaram em ajudar a combater os piratas. Suas tropas travaram batalhas aguerridas, e assim, graças ao sucesso das forças portuguesas, o governo chinês acabou por conseguir firmar um tratado de paz que obrigou o pirata a entregar-se com toda a sua esquadra (Cf. ESPARTEIRO, 1961).

A vitória contra os piratas foi, sem dúvida, um grande acontecimento na vida do território, exaltado nas duas *Memórias*, assim como em outros textos da época. Mas a quem creditar os louros? Para José Ignácio Andrade, o autor da *Memória* de 1824, tudo se deveu ao “gênio extenso e maravilhoso do ouvidor Miguel de Arriaga” (ANDRADE, 1824), e também ao valor dos comandantes da esquadra portuguesa, e não ao governador, cuja passagem por Macau foi curta e sem conseqüências. Na verdade, as disputas de poder entre o ouvidor, o governador e o Senado de Macau sempre estiveram presentes na história do território (Cf. VALE, 1997).

Já Alvarenga usa sua *Memória* para exaltar a participação que teve na vitória dos portugueses, uma vez que na sua perspectiva todo o sucesso da batalha contra os piratas deveu-se, em última instância, ao fato de que ele é que soube nomear comandantes valorosos. Além disso, dedica boa parte de sua argumentação para defender-se da acusação de ócio. A acusação pretende, na verdade, denunciar o fato de que depois de deixar Macau o ex-governador nunca mais exerceu qualquer cargo na administração, vivendo de uma patente militar.

Alvarenga defende-se afirmando que na verdade sempre esperou que a corte portuguesa e, depois, o imperador o agraciassem com algum cargo à altura de seus merecimentos. Mas isso nunca aconteceu, apesar das visitas que fez ao Palácio de São Cristóvão e dos beija-mãos a que compareceu. Queixa-se, longamente, de não ter alcançado o reconhecimento que merecia e, afinal, de ter sido impedido de voltar a “trabalhar para o

exame”, em que como empregado público tinha sido “n’outro tempo abelha diligente” (ALVARENGA, 1830: 66).

Na perspectiva do ex-governador, tanto o príncipe regente D. João – com quem falou pessoalmente numa ocasião – como Pedro I, não tinham sabido reconhecer seus méritos e seus altos merecimentos. Méritos e merecimentos que, ele faz questão de frisar, não estavam baseados em um nascimento ilustre, mas na sua formação.

A *Memória* como monumento

Na introdução de sua *Memória*, Alvarenga informa ao leitor que a obra tem por objetivo “suprir a falta de outra; ou substituir um Monumento já designado para deixar-se à Posteridade” (ALVARENGA, 1828a:I). Ele havia proposto ao Senado de Macau que a cidade erigisse um monumento em homenagem ao grande feito das forças portuguesas contra os piratas. Embora a proposta tenha sido aprovada no Senado, com vivas e aplausos, o monumento nunca saiu do papel. Mas, afinal, isso não é importante, já que a *Memória* irá substituí-lo, e com muita vantagem, porque ela não será fincada no “estrito recinto de uma cidade” como seria aquele, mas “será exposta na vasta Praça do Mundo” (ALVARENGA, 1828a: I).

Alvarenga demonstra, assim, estar preocupado com o alcance da repercussão de suas ações. Ele desejava falar, e falar alto, não privadamente, ou em estritas esferas administrativas, mas para um grande auditório ou, em suas próprias palavras, para a “vasta praça do mundo”. Essa consciência da existência de um “espaço público” e da necessidade de reconhecimento de seus feitos não apenas no âmbito mais restrito da administração, mas para fora, para o público em geral, irá marcar toda a sua trajetória. E vai ser nessa esfera que ele vai travar sua luta por reconhecimento dos “grandes serviços” que prestou à Pátria, mesmo quando já não importam os tão desejados cargos. Em 1828, quando publica suas *Memórias*, a possibilidade de vir efetivamente a ocupar cargos já não existe, está doente desde 1825, quando teve tifo, e já não se considera capaz de trabalhar, morrendo em 1831.

Mas sua luta tinha sido árdua, desde os dias em que deixou o governo de Macau e instalou-se em Goa, onde o vice-rei o nomeou comandante da Legião de Pondá. Depois de vários anos na Índia, e já sem esperança de ser nomeado em Goa para algum cargo que estivesse de acordo com o seu “alto merecimento”, Alvarenga voltou ao Brasil, onde poderia continuar a lutar por uma nomeação, e no Rio de Janeiro, portanto, próximo à corte.

Na longa viagem de volta, aproveitou para visitar algumas pessoas importantes de suas relações, foi à Inglaterra e esteve na França, para “instruir-se” e saber das “últimas novidades”. Em Londres, entregou ao Doutor Vicente Pedro, redator de *O Investigador* [*O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literário, Político, Etc.* (1811- 1819)], documentos oficiais sobre seu governo em Macau para serem publicados no jornal. E, por essa ocasião, informa o autor: “dei também ao meu amigo e contemporâneo na Universidade de Coimbra Hypólito José da Costa, redator do *Correio Brasiliense*, três documentos oficiais” (ALVARENGA, 1828a:3). Também no caso da proposta de inauguração do monumento de pedra que desejou erigir, ficamos sabendo que se valeu da publicação de documentos na imprensa, quando informa que a ata da seção do Senado, com a aprovação do monumento, há mais de dez anos “corre por toda parte impressa em Londres em fevereiro de 1817” (ALVARENGA, 1828a: II).

Conhecia a força do documento, e desde sua partida de Goa preveniu-se contra possíveis extravios: “eu tinha extraído da Secretaria do Estado da Índia tantos documentos, que só com eles se podiam fazer grossos volumes em fôlio” (ALVARENGA, 1828a: X). Durante vários anos, usou os recursos que estavam disponíveis, os contatos no Paço, ou com a diplomacia inglesa, ou a publicação de documentos na imprensa, para tentar reverter a situação em que se encontrava, “esquecido” pelas altas esferas do poder. Quando publica sua *Memória*, no entanto, já não são cargos o que almeja, mas a lembrança de seu nome e, sobretudo, o “julgamento do público”.

A instrução é seu único tesouro

A *Memória* de 1824 o tinha acusado de ter tomado posse do governo de Macau “com pouca experiência dos costumes chineses”. Ele defende-se, dizendo que estudou longamente os papéis da Secretaria, em Goa, antes de partir para Macau. Deixa claro que aquilo que não sabia por experiência adquiriu através da leitura de anos de documentação administrativa do território.

E sobre um tema central, lamenta-se das dificuldades que teve para conseguir informações que, aliás, seu cargo exigia, dizendo que foi obrigado, em Goa, a “mendigar noções sobre o Título, e Modo, por eles [os portugueses] se tinham feito senhores do Estabelecimento de Macau” (ALVARENGA, 1828a:III). Primeiro recorreu às pessoas mais capacitadas, mas essas não lhe disseram nada que já não soubesse, então, decidiu recorrer aos mortos “meus antiquíssimos, constantes amigos” e mergulhou na documentação da secretaria

do Estado da Índia. Apesar de todos os seus esforços, não foi capaz de descobrir qualquer vestígio, nem um só fragmento que desse alguma idéia da história de como os portugueses se tinham senhoreado do território. Esse era um tema que tinha chamado bastante atenção da administração portuguesa no período em que ele esteve à frente do governo de Macau, e mesmo antes (VALE, 1997:105-6).

Alvarenga segue afirmando que assim como reprova os antigos pelo fato de que nos dias que correm já não ser possível recuperar a história dos primeiros portugueses, também ele quer deixar marcas do que se passou no seu governo, a fim de que não se perca mais uma vez a história de Portugal no Oriente. Na verdade, sugere uma analogia entre os primeiros portugueses que, segundo a tradição, receberam a cidade como doação do imperador em reconhecimento a serviços prestados na luta contra piratas e os portugueses do presente que, o tendo como governador, haviam lutado contra os piratas de agora. Sua Memória, portanto, ia garantir que esse novo feito dos filhos de Portugal, no auxílio aos chineses contra os piratas, não caísse no esquecimento como o anterior.

Mas nosso autor arrola ainda uma última motivação para sua escrita: a separação entre as nações brasileira e portuguesa. Ou seja, tanto o fato em si era digno de nota, como o era por ter sido executado por um “Governador, filho do Brasil; o único (ou para melhor dizer) o primeiro, e último desta Nação, que esteve ali à testa deste Governo [...]” (ALVARENGA, 1828a:3).

E esse filho do Brasil tinha lido Virgílio, Horácio, Locke, Bacon, ou mesmo Pope, Voltaire ou Bocage, ou ainda Franklin e Jefferson. Orgulha-se dos conhecimentos que tem, da História, dos autores clássicos, assim como dos modernos. Esteve doente em Coimbra, mas esforçou-se e foi capaz de vencer a doença e concluir os estudos universitários. Julgando-se pobre, vivendo unicamente do soldo de sua patente de militar, Alvarenga orgulha-se profundamente dos estudos que fez em Minas e, mais tarde, ao longo da vida. Com seis anos de idade, estava preparado para freqüentar os estudos menores e com 16 para 17 estava pronto, segundo a opinião de seus mestres mineiros, em Gramática Portuguesa, Latina e Francesa, em Lógica, Metafísica e Ética, em Retórica e Poética, e em Geometria.

Assim é que, não sendo capaz de fazer o Senado de Macau erigir o monumento de pedra aos feitos dos portugueses, e por extensão, aos seus, e tendo esgotado suas possibilidades na esfera administrativa, decidiu levar sua luta para outra arena, para ser travada num terreno em que se considerava muito mais eficiente. Com sua formação de letrado, e seu gosto pela História, finalmente daria à sua memória-monumento uma “existência real” (ALVARENGA, 1828a:II). Ou, em suas palavras, seria capaz de: “sustentar

também agora e para sempre *com a pena* aquela mesma reputação, honra, e glória, que eu pude conseguir ali com a Política; e logo depois com as Armas” (ALVARENGA, 1828a:15) [grifo nosso].

Seus leitores

Ainda na Introdução, encerra as considerações sobre seus objetivos gerais retomando o tema da memória como um instrumento que faz lembrar os feitos de uma Nação. Os romanos, gregos, egípcios e outros povos, quando quiseram “autenticar seus feitos gloriosos” erigiram monumentos: “É com Estátuas, Colunas, Medalhas, Poemas, Inscrições, Memórias, Pinturas, que se eternizam fatos dignos da Posteridade, que se deixa lição, e exemplo aos vindouros; e que ainda mesmo depois da morte se continua a viver entre os vivos!” (ALVARENGA, 1828a: V)

Os gregos, essa “Nação de heróis que espalharam as Luzes por todo o Universo” (ALVARENGA, 1828a: VI) julgaram a pintura a “menos custosa e a mais convincente forma de História”, que fala uma língua universal, com lições tanto para ignorantes como para os instruídos. E foi assim que a “célebre batalha de Maratona foi pintada num Pórtico Público” (ALVARENGA, 1828a: VI), para servir como uma escola de glória militar da Grécia para as gerações futuras. Ele, então, gostaria que sua *Memória* servisse igualmente como uma aula de um grande feito da Nação portuguesa - e protagonizado por um brasileiro -, mas para isso ela precisava ser pintada “em pórtico público”, ou seja, sua memória precisava encontrar seus leitores. De certa maneira, então, ele tinha se rendido ao “império da opinião”.

Contrasta essa ambição de ter toda a “vasta praça do mundo” como leitor e, na vida privada, não ter sequer um amigo a quem mostrar sua obra. Entre as disputas que travou na esfera da administração e no espaço público, esse ex-alto-funcionário, isolado e queixoso, sem um grupo de relações no qual se apoiar, encerra sua obra, melancolicamente, lamentando-se de que depois da morte de seu amigo o Desembargador da Casa de Suplicação Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto, não lhe restou sequer um amigo, conhecedor das letras, a quem possa pedir que leia seus originais.

Conclusão

Para concluir, talvez pudéssemos definir nosso autor como um homem da virada do século XVIII para o XIX. O antigo regime já estava muito longe. Ancora toda a sua vida não mais na lógica do sangue, até porque não teve um nascimento ilustre, mas nas possibilidades de ascensão social pela via da formação e do mérito, e neste sentido, podemos

considerá-lo como herdeiro de uma certa trilha aberta pelo reformismo ilustrado pombalino para os letrados luso-brasileiros. Por outro lado, embora tenha se submetido ao “império da opinião”, não tem apego pelos novos tempos de liberalismo constitucional e interessa-se, sobretudo, pela opinião *ilustrada*. Para ele, a Nação que acaba de nascer precisa apenas de homens cultos, letrados, sábios, que possam ajudar a conduzi-la. E de um governo que saiba escolher esses homens cultos. Só não contava com o fato de que, apesar dos serviços que prestou, ele não fosse escolhido e a jovem Nação nunca lhe fosse confiada.

Bibliografia:

- ALVARENGA, Lucas José de. **Artigo Adicional á Memoria**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, 1828b.
- _____. **Memoria sobre a expedição do governo de Macau em 1809, e 1810 em socorro ao Império da China contra os insurgentes piratas chinezes, principiada, e concluída em seis meses pelo governador, e capitão general daquela cidade, Lucas José d’Alvarenga**. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional, 1828a.
- _____. **Observações á Memoria de Jose Lucas d’Alvarenga com as suas notas, e um resumo da sua vida**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, 1830.
- ANDRADE, José Ignácio de. **Memoria sobre a destruição dos piratas da China de que era chefe o celebre Cam-Pan-Sai: e o desembarque dos inglezes na cidade de Macáo e sua retirada**. Lisboa: Impressão Régia, 1824.
- BOSCHI, Caio. *A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais*. **Estudos Históricos**. Vol. 4, n. 7. Rio de Janeiro, 1991. Pp. 100-111.
- ESPARTEIRO, António Marques. Combate naval na *Boca do Tigre* (1810). Separata da **Revista Ocidente**, Lisboa, v. 61, 1961.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- VALE, A. A. Martins do. **Os portugueses em Macau (1750-1800): degredados, ignorantes e ambiciosos ou fiéis vassalos d’El-Rei?** Lisboa: Instituto Português do Oriente, 1997.
- VIANNA, Hélio. *Um iluminista mineiro governador de Macau*. **Jornal do Comércio**, 26-08-1969.